



**Reunião da Assembleia
da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo**

16.03.2009

Acta número um/2009

Aos dezasseis dias do mês de Março de dois mil e nove, com início pelas dezoito horas, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, uma reunião ordinária da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Antes da Ordem do Dia:-----

1. Período antes da ordem do dia.-----

Ordem do dia:-----

- 1. Apreciação e votação do Regimento da Assembleia Intermunicipal;-----**
- 2. Apreciação e votação da Proposta de Alteração aos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;-----**
- 3. Apreciação e votação do Relatório de Gestão referente a 2008;-----**
- 4. Apreciação e votação do Regulamento Interno da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e Mapa de Pessoal;-----**
- 5. Apreciação e votação das propostas de nomeação e de remuneração do Secretário Executivo;-----**
- 6. Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Orçamento e ao PPI 2009;-----**
- 7. Apreciação e votação do Regulamento de Tabela de Taxas 2009;-----**
- 8. Intervenção do público ao abrigo do ponto 6, do Artigo 84.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----**

Estiveram presentes na reunião os membros constantes da folha de presenças em anexo. -----

Margarida Veríssimo (PS) tomou posse como membro efectivo da Assembleia.-----
António Nobre (PSD) tomou posse em substituição de Pedroso Leal, que tinha comunicado, atempadamente, a sua falta a esta sessão, visando a justificação da mesma e a sua substituição, nos termos da Lei. -----

Estiveram ainda presentes o Presidente do Conselho Executivo, a Secretária Executiva e as funcionárias Sofia Afonso, que secretariou a reunião, e Elizabeth Torres e Teresa Taborda que apoiaram os trabalhos da reunião. -----

Antes da Ordem do Dia:-----

1. Período antes da ordem do dia.-----

O Presidente da Mesa começou por referir que o Presidente do Conselho Executivo pediu que fosse retirado da ordem de trabalhos o ponto 5 - Apreciação e votação das propostas de nomeação e de remuneração do Secretário Executivo.-----

Os membros presentes concordaram com o solicitado.-----

De seguida, o Presidente da Mesa sugeriu que se formasse uma comissão de redacção com um representante de cada partido no sentido de analisar a proposta de regimento.-----

Armando Fernandes afirmou que, quase em final do mandato, o Presidente do Conselho Executivo é obrigado a responder por planeamentos e proposituras orientadas pelos seus antecessores, cujo grau de execução deixa muito a desejar. Nesse sentido, aconselhou-o a analisar bem os documentos que lhe colocam à frente antes de os assinar, pois, certamente, terá algumas dificuldades em responder caso lhe façam perguntas acerca do Relatório de Gestão referente a 2008.-----

Perguntou se se entende como grande acto do programa de divulgação do Médio Tejo Digital, a aquisição de 2000 pastas A4 e se fale em "divulgação em jornais de âmbito nacional e regional" sem que haja acesso às provas disso mesmo, nem a explicitação dos critérios das escolhas feitas.-----

Mais questionou se é possível afirmar-se que o programa básico de excelência da educação está dependente do computador Magalhães. -----

Disse ainda que advoga a descentralização, daí ter depositado muita esperança no modelo das Comunidades Urbanas. Neste sentido, manifestou aborrecimento pelo facto de a Comunidade não estar a conseguir uma média organização ou funcionalidade de maneira a ganharmos largos benefícios na nossa qualidade de vida, economizarmos milhões e podermos defender a uma só voz este território.

Comentou que a Comunidade até agora seguiu o modelo antigo das Associações de Municípios, em que só interessam as candidaturas aos fundos europeus, e que continua ronceira e grávida de burocracia.-----

Chamou ainda a atenção para a desgovernação que se passa na esfera da cultura. Se a programação cultural fosse estabelecida a nível da Comunidade, sem quebra da especificidade de cada concelho, obviamente, seria mais perfeita, mais abrangente, mais harmónica e, sobretudo, muito mais barata, pois uma coisa é negociar espectáculo a espectáculo, outra é negociar um pacote de espectáculos.-- Uma agenda cultural a englobar todos os concelhos da Comunidade, bem estudada e melhor concebida ganharia outro interesse por parte de todos, podendo até constituir-se em objecto de colecção, além de se pouparem milhares e milhares de euros aos contribuintes.-----

Armando Fernandes afirmou ainda pensar que a Comunidade devia ter um papel aglutinador, que não tem. Há que pensar uma Comunidade Intermunicipal criativa, inovadora e capaz de responder aos graves desafios que a toda a hora e momento se nos deparam.-----

Ramiro Silva disse que a falta de médicos de família, para além das consequências negativas que provoca na vida dos utentes, provoca igualmente, uma pressão nas urgências hospitalares que urge atenuar.-----

Dados oficiais de 28 Fevereiro de 2009, indicam que, 29.485 utentes não tem médico de família, situação que tende a agravar-se, com a possível passagem à reforma de alguns médicos. Entroncamento, Fátima, Ourém, Vila Nova da Barquinha e Torres Novas são os casos mais graves no Médio Tejo.-----

Mais disse que, perante tal situação, considerara importante e adequado propor que a Assembleia Intermunicipal faça uma reflexão sobre esta matéria, projectando medidas que ajudem a resolver a situação.-----

Defendeu que a criação de incentivos, de forma a atrair médicos para a região, pode ser uma das hipóteses a considerar.-----

Assim, para que estes números não continuem a aumentar com os inevitáveis prejuízos para as populações, propôs debater esta matéria em próxima reunião desta Assembleia.-----

Deolinda Simões referiu que Ourém está presente nesta Assembleia sem ter perdido a sua garra e que está empenhado na construção de um projecto em que todos os membros se revejam. O objectivo é ajudar a CIMT a ser força mobilizadora de mudanças e desenvolver a região, tornando-a mais competitiva, mais eficaz e socialmente mais justa. Para tal, o caminho a seguir será o da afirmação e da clarificação, afastando o papel de meros espectadores.-----

Como alguns dos membros presentes não haviam tido acesso à acta da reunião extraordinária do passado dia 2 de Março, o Presidente da Mesa adiou para a próxima reunião a votação da referida acta.-----

Ordem do dia:-----

1. Apreciação e votação do Regimento da Assembleia Intermunicipal; -----

Foram presentes uma proposta de Regimento para a Assembleia Intermunicipal da CIMT, uma proposta de aditamento/alterações ao regimento dos Independentes por Tomar, as "Propostas de inclusão e clarificação na proposta de regimento apresentado pela Mesa da CIMT" do Bloco de Esquerda, uma proposta de alteração ao Regimento de Rui Pichiocci, uma proposta de alteração ao Regimento e duas propostas de alteração ao Regimento de membros da bancada do PS, anexas à presente acta da qual fazem parte integrante.-----

O Presidente da Mesa reiterou a sugestão de ser constituída uma comissão de redacção para analisar a redacção da proposta de Regimento.-----

Foi então constituída com os seguintes membros:-----

Vice-presidente da Mesa – Isilda Aguincha-----

PSD – Rui Gonçalves-----

PS – Rui Picciochi-----

Independentes – João Simões-----

CDU – Ramiro Silva-----

João Simões informou que a proposta dos Independentes por Tomar consiste em transcrições do Regimento anterior e são correcções aos artigos 9º e 11º, que não estão harmonizados com os actuais estatutos. Quanto ao artigo 18º, apresenta uma antecipação ao que vai ser aprovado nesta reunião.-----

Paulo Constantino fez uma declaração de voto sobre o artigo 25º. -----

O Regimento foi aprovado na generalidade, por unanimidade, com as alterações propostas pelos Independentes e ainda pelo PS ao artigo 28º.-----

2. Apreciação e votação da Proposta de Alteração aos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;-----

Foi presente a Proposta de Alteração aos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, anexa à presente acta da qual faz parte integrante.-----

O Presidente da Mesa lembrou que estão em causa alterações que foram *a priori* consensualizadas.-----

Posto à votação, o documento foi aprovado por unanimidade, com 36 presenças.--

Deolinda Simões leu uma declaração de voto por parte dos membros de Ourém, anexa à presente acta da qual faz parte integrante.-----

O PS apresentou uma proposta de alteração de estatutos que, por não poder ser votada nesta sessão, aguardará a realização duma sessão futura em que esta matéria seja agendada.-----

Na sequência de proposta da Mesa, a Assembleia concordou discutir o ponto 4 da Ordem de Trabalhos antes do ponto 3.-----

4. Apreciação e votação do Regulamento Interno da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e Mapa de Pessoal;-----

Foi presente a proposta de Regulamento Interno da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e Mapa de Pessoal, anexa à presente acta da qual faz parte integrante.

O Presidente do Conselho Executivo referiu que estes documentos correspondem a uma estratégia da CIMT. Esclareceu que o pessoal existente satisfaz razoavelmente as necessidades e que o quadro pode ser alterado.-----

Armando Fernandes disse ser de opinião que há constrangimentos quando há pessoas do quadro a ouvir esta discussão. Acha estranho não haver um jurista no quadro.-----

Quanto às actividades no âmbito da promoção, comentou não conhecer a listagem dos jornais onde saíram os anúncios da CIMT.-----

Por parte da bancada do PSD surgiu a proposta de a Assembleia ter uma pessoa para dar apoio a este órgão.-----

Paulo Constantino deu razão a Armando Fernandes na questão do jurista.-----

Vasco Epifânio mencionou estar perplexo com o início da Assembleia. Disse que a convocatória segue por registo, pelo que os membros não devem dizer que não a receberam. Disse que os serviços devem ter responsabilidade e perguntou se há possibilidade de tornar os serviços mais eficientes.-----

O Presidente da Assembleia sugeriu que o Conselho Executivo pondere a colocação de um jurista no quadro de pessoal e solicitou aos presentes que este ponto fosse retirado da reunião e adiado para a próxima.-----

O Presidente do Conselho Executivo mencionou que a Assembleia é o órgão a quem o Conselho Executivo tem que prestar contas e que nunca esteve em causa qualquer questão sobre esta natureza.-----

Mais disse que se podem afectar pessoas do quadro de pessoal à Assembleia. O referido mapa representa apenas os funcionários existentes. A prestação de serviços do Dr. João Tenreiro tem sido suficiente. E defendeu que se for contratado um jurista a tempo inteiro, a dada altura, seria uma pessoa desfasada.

O Presidente da Mesa disse ter ficado surpreendido com a consideração de um designer e dois informáticos. Aconselhou a contratar técnicos de design. -----

Rui Picciochi referiu que na proposta de Regulamento há coisas que não correspondem ao objectivo da CIMT.-----

Ramiro Silva revelou ter dúvidas quanto à questão do jurista.-----

Fernando Vasco comentou que esta é uma Assembleia essencialmente política e não devemos perder tempo com isso. E disse não ser tão dramático, afinal o CD enviado revela que houve trabalho.-----

Sobre o apoio jurídico, Eurico Alcobia pensa que as pessoas afectas não têm formação académica adequada.-----

Armando Fernandes afirmou que se trata de uma discussão política e não burocrática e que todos estão muito preocupados. Notou que o quadro não tem um sociólogo nem alguém ligado ao empreendedorismo. Disse ter dúvidas para votar conscientemente e propôs que este ponto fosse retirado para uma próxima reunião extraordinária.-----

O Presidente da Mesa, após consultar o Senhor Presidente do Conselho Executivo, retirou este ponto da Ordem de Trabalhos que será agendado para uma reunião futura.-----

3. Apreciação e votação do Relatório de Gestão referente a 2008;-----

Foi presente o Relatório de Gestão referente a 2008, anexo à presente acta da qual faz parte integrante.-----

O Presidente do Conselho Executivo começou por dizer que não acompanhou o ano de 2008, mas observou que a CIMT deu sempre importância predominante aos fundos comunitários.-----

Comentou que, no momento presente, ainda não há perspectivas de quando é que as câmaras municipais podem avançar com a obra. 2007 marcou o início. A meio de 2009 ainda está tudo por começar. -----
De seguida, abordou os principais projectos em curso. O projecto da Mobilidade é determinante e deu passos importantes. Quanto à Formação, lembrou que esta é concebida para as necessidades das Câmaras Municipais.-----
João Simões salientou a boa elaboração e organização do documento em análise.--
Quanto ao Médio Tejo Digital, perguntou que reestruturação foi feita. -----
Pensa que a evolução não foi muito significativa e que nos próximos meses espera que a CIMT possa avançar.-----
Neste momento o Presidente da Mesa ausentou-se e a Vice-Presidente assumiu a presidência da reunião.-----
Rui Gonçalves disse que a conversão da CUMT em CIMT é uma consequência da lei e que a CIMT cumpriu os estatutos.-----
Relativamente às actividades desenvolvidas, esperava o que foi realizado e não o que foi proposto.-----
Referiu-se a uma reunião ocorrida recentemente, no âmbito do projecto da Mobilidade, e na qual ficou definida a bilhética. -----
Mais disse não perceber porque é que o projecto Agência Regional apresenta uma taxa física e financeira de 0%.-----
Defendeu a contratação de mais técnicos de informática no que diz respeito ao Médio Tejo Digital. -----
Referiu ter notado que, em primeiro lugar, se fazem os projectos e só depois as estruturas. E verificou a existência de inúmeros problemas, como a plataforma SIG no interface.-----
Rui Gonçalves comentou que ainda ninguém conseguiu explicar o que é a Educação de Excelência.-----
Quanto às iniciativas complementares de publicitação, disse que não estão indicados os jornais.-----
No que concerne à gestão SIG observou que os objectivos não foram atingidos e que se devia ter dotado o projecto de meios humanos, na medida em que era um projecto já previsto.-----
Paulo Constantino revelou que o relatório de 2008 apresenta a consolidação da fase de execução do Médio Tejo Digital, importante marco de modernização administrativa, mas que tem de ser concluído com a sua potencialização através da reengenharia de processos e da implementação de Sistemas de Informação de Gestão integrados, os quais se recorda de terem sido apresentados como projectos para este e para os próximos anos. Perguntou se estes projectos se encontram em curso.-----
Recordou a actual crise económica, que deve servir para tomarmos consciência de que não se pode continuar a adiar os investimentos intermunicipais em factores estratégicos de mobilidade e de competitividade, nomeadamente, no domínio empresarial, como até agora aconteceu. Constatou que a competitividade e o turismo apresentam uma execução financeira de 0% apesar da previsão orçamental de cerca de meio milhão de euros.-----
Relativamente ao investimento que deve ser feito, parafraseou Paul Samuelson, proeminente referência de toda uma geração de economistas e actual conselheiro de Barak Obama, que afirmou que “se existem projectos prontos a arrancar que avancem já”, referindo-se a todos aqueles que têm estudos económicos e de impacto ambiental e apenas aguardam o financiamento governamental.-----
Acrescentou ainda que se devem incentivar os nossos empresários a apostar em actividades inovadoras de base regional e de mão-de-obra intensiva.-----
Para esta convicção contribui o facto de considerar que esta crise pode ser ultrapassada com a criação de postos de trabalho em novos sectores de actividade, como aconteceu, na crise de 1929, com a transferência de postos de trabalho para o sector terciário.-----

Para Paulo Constantino importa executar infra-estruturas intermunicipais que incentivem o investimento empresarial e modernizar e racionalizar as estruturas administrativas dos nossos municípios.-----

Vasco Epifânio disse não estar por dentro dos grandes projectos, mas verificou que houve perdas no imobilizado e questionou que custos são esses.-----

Ramiro Silva referiu que das 12 fichas de projecto, 12 não atingiram objectivos e quer saber mais informação sobre essa situação.-----

Rui Picciochi defendeu que se deve acabar com esta orientação de "defender as capelinhas".-----

Luís Ferreira disse que o que está em causa é saber se a CIMT serve para ser uma contabilista da região ou para definir uma estratégia para esta área. -----

Disse que o que existe é irresponsabilidade política e que essa irresponsabilidade tem um nome: PSD. -----

Considerou, ainda, que a Mesa da Assembleia é a responsável pela inoperacionalidade dos serviços, nomeadamente no que respeita a falhas que ocorreram na disponibilização de meios para a sessão em curso.-----

Comparou a situação com a Comunidade da Lezíria do Tejo, que é dirigida pelo PS, que tem o Lezíria Digital. Mais disse que este organismo não tem liderança política desde que Nelson Carvalho deixou de ser Presidente.-----

A Vice-Presidente da Assembleia lembrou que o Conselho Executivo é constituído por um Presidente do PSD, um Vice-Presidente do PS e outro Independente.-----

Sentindo-se visada pelas observações, nomeadamente no que respeita ao funcionamento da Assembleia, referiu que apoia a Assembleia, realizando tarefas que não seriam da sua responsabilidade, e lamenta a intervenção de Luís Ferreira.

Armando Fernandes disse perceber a opinião do recém chegado Luís Ferreira e lembrou que nestas sessões sempre apareceram vozes incómodas com propostas e que estas são sempre da sua própria autoria. Nunca viu nenhuma do PS. Pensa que esta Comunidade é resultado de um bloco central e que durante muitos anos serviu para caçar dinheiro. Salientou que sempre defendeu que era preciso a Comunidade existir para defender os interesses dos concelhos pequenos.-----

Mais comentou que as críticas formuladas não vão obstar a confundir o acessório com o essencial e que, nesta reunião, é votar o documento. Nesse sentido, afirmou que a bancada do PSD vai votar favoravelmente o Relatório de Gestão.---

Fernando Vasco recordou que Nelson Baltazar fez várias propostas de regionalização que viriam resolver os problemas da CIMT.-----

O Presidente do Conselho Executivo disse que, apesar da sua participação ser recente, não tem dúvida de que a CIMT foi determinante para os Municípios associados. -----

A questão da estratégia é importante. Olhar para trás e dizer que a CIMT não funcionou é o contrário do que aconteceu.-----

Respondendo a Vasco Epifânio sobre a questão do imobilizado que transitou, informou que o montante corresponde a equipamentos informáticos distribuídos pelas câmaras associadas.-----

Mais disse que continua a haver satisfação das necessidades com o pessoal que existe.-----

Relativamente às fichas de projecto, referiu que podem ser melhoradas.-----

O Relatório de Gestão referente a 2008 foi aprovado 2 votos contra (CDU) e 6 abstenções (1 do PS, 1 do BE e 4 dos Independentes), estando presentes 38 deputados.-----

5. Apreciação e votação das propostas de nomeação e de remuneração do Secretário Executivo;-----

Ponto retirado a pedido do Presidente do Conselho Executivo.-----

De seguida, e tendo em atenção que o ponto 6 da Ordem de Trabalhos é consequência do ponto 7, foi decidido analisar primeiro o ponto 7 e só depois o ponto 6 da Ordem de Trabalhos.-----

7. Apreciação e votação do Regulamento de Tabela de Taxas 2009;-----

Foi presente a proposta do Regulamento de Tabela de Taxas 2009, anexa à presente acta da qual faz parte integrante.-----
Paulo Constantino afirmou que este documento deveria ser analisado com um especialista desta área jurídica. Observou também que o mesmo contém erros de ortografia e que há melhorias a fazer.-----
João Simões disse ter apresentado alterações literárias, na medida em que existe um défice de português e de português jurídico. Mais esclareceu que o esquema se mantém o mesmo.-----
Informou que se fosse entendido fazer a votação deste texto na generalidade, o mesmo teria que ir às Câmaras Municipais e voltar depois a esta Assembleia para ser votado na especialidade.-----
O Presidente do Conselho Executivo clarificou que o Regulamento de Taxas é fruto de um sentimento que foi crescendo ao longo destes últimos anos. A CIMT presta serviços que têm que ter uma retoma através das taxas. Relativamente à estrutura do regulamento, pensa que não oferece problemas.-----
Concluiu dizendo que as taxas serão cobradas por serviços prestados e não constituirão concorrência para as Câmaras Municipais.-----
Margarida Veríssimo perguntou onde é que estão suportados os valores apresentados e se existe algum estudo económico.-----
Fernando Vasco interrogou sobre a existência ou não de uma previsão orçamental. Concordou com as rectificações de João Simões.-----
E salientou que não deve favores políticos a ninguém, pedindo que esta afirmação ficasse registada em acta.-----
Ramiro Silva declarou que as explicações do Presidente do Conselho Executivo ficaram aquém do previsto.-----
Os cidadãos já pagam muitas taxas nos seus municípios, pelo que informou que esta proposta não vai merecer a aprovação da bancada da CDU.-----
Rui Picciochi comentou que a lei prevê juros de mora, mas não é arbitrária. O cidadão de norte a sul é igual. Deste modo, propôs que a discussão e aprovação deste documento se faça numa próxima reunião.-----
Luís Grácio afirmou que, pelo facto de ser difícil tomar uma posição consciente, vai votar contra.-----
O Presidente do Conselho Executivo pensa que este regulamento faz todo o sentido. O que não faz sentido é a CIMT prestar favores. Mais esclareceu que o que está em cima da mesa não é encontrar uma mina de ouro. Este regulamento destina-se a quem precisa dos serviços discriminados. Está-se a falar da utilização de equipamentos que são caríssimos.-----
Informou ainda que o que está orçamentado são 5 mil euros, o que é um valor muito baixo, visto tratar-se de serviços com custos elevados que podem ser adquiridos noutros locais mediante pagamento. Esclareceu também que os montantes sugeridos se baseiam nos praticados pelos municípios.-----
Ramiro Silva disse que se tivesse obtido este esclarecimento antes, não teria intervindo.-----
Fernando Vasco sugeriu que o documento seja analisado numa próxima reunião.--
A Vice-Presidente da Assembleia pôs a proposta do Regulamento de Tabela de Taxas 2009 a votação. Com 37 presenças na sala, o documento foi aprovado com 36 votos a favor e uma abstenção (BE). Ficou também a sugestão de que este documento seja revisto pelo Conselho Executivo e volte novamente a esta Assembleia.-----

6. Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Orçamento e ao PPI 2009;-----
Foi presente a 1ª Revisão ao Orçamento e ao PPI 2009, anexa à presente acta da qual faz parte integrante.-----
António Cruz apontou que neste documento existe um abono para falhas, mas não existe um tesoureiro. Pediu esclarecimento quanto à pessoa a quem ficará afecto este dinheiro. Mais salientou que o valor em causa é manifestamente superior ao Despacho da CCDR.-----

O Presidente do Conselho Executivo declarou que seria difícil uma casa como esta não ter ninguém afecto a esta tarefa. Contudo, esclareceu que não existe ninguém dedicado à tesouraria a tempo inteiro. Não faz sentido a pessoa que faz este tipo de movimentos não ter abono para falhas. Deve haver uma compensação para essa pessoa, que está prevista na lei.-----

Posto à votação, o documento foi aprovado por unanimidade, com 37 membros presentes.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, pelas vinte e uma horas, a Vice-Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, Ana Sofia Afonso, para o efeito designada, redigiu e também assina. -----
